

FÉLIX ESCOBAR: TRAJETÓRIA E MORTE DE UM MILITANTE COMUNISTA EM DUQUE DE CAXIAS, NA GUANABARA E EM SALVADOR.

1. INTRODUÇÃO

Delimitação do objeto e problemática da pesquisa

Félix Escobar Sobrinho nasceu em vinte e três de março de 1923, em Miracema, no estado do Rio de Janeiro. Era filho de José Mansano Escobar, um pequeno proprietário camponês e Emília Mansano Escobar. Seus pais eram imigrantes espanhóis. Os seus amigos contam que ele sempre teve uma vida humilde, crescendo em um casebre que tinha péssimas condições.

O militante, se mudou para o bairro de Pilar, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no ano de 1942, pois seus pais haviam recebido um lote de terra no então Núcleo Colonial São Bento, criado pelo governo Vargas em 1932. Segundo Antônio (filho mais novo de Escobar), plantavam cana, quiabo, aipim e frutas (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 01/06/2019 e Irany Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 18/05/2019). Casou com Raimunda Cardoso Escobar, com quem teve seis filhos, mas ficou viúvo em 1965. Porém casou novamente com Irany, com quem teve mais dois filhos.

Félix Escobar, trabalhou como camponês, comerciante, pedreiro, servente de obras, instalador de persianas e também tesoureiro do Sindicato dos Empregados no Comércio em Duque de Caxias e São João de Meriti. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias¹, em 1962. Também ajudou na organização dos camponeses do distrito de Xerém, Capivari e São Lourenço, onde chegou a mobilizar mais de mil camponeses em prol de uma grande vitória por disputa de terras (a Fazenda São Lourenço)² conseguindo sustar uma ação de despejo determinada por um juiz local.

¹ Já em 1962 conseguiu sustar ações de despejos determinadas pelos grileiros e pela FNM contra os camponeses. O juiz Nelson Martins foi usado em defesa dos interesses dos supostos donos da terra da região. A ação de despejo do juiz deu origem à queima de casas de camponeses.

² Na Fazenda São Lourenço ocorreu, em agosto de 1961, uma reação armada de um grande número de trabalhadores rurais contra uma ordem de despejo judicial. Segundo Hernandez (2010), vários

Félix tinha um irmão chamado Manoel Escobar, que ocupou o cargo de segundo secretário na direção da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), de 1961 a 1963 (MAIA, 2018). Um documento do SNI³ escreve Manoel como “organizador do movimento comunista entre os trabalhadores rurais em Duque de Caxias/RJ” desde 1958. Seu nome também consta nos arquivos do Dops⁴ e na lista dos indiciados pelo IPM 709330, que investigou militantes e pessoas associadas ao PCB. Pelos nomes dados por Manoel a seus filhos, é possível perceber seu engajamento no PCB: um deles recebeu o nome de Luiz Carlos em homenagem a Prestes. Outra recebeu o nome de Olga, esposa do líder comunista, e uma terceira recebeu o nome de Zoya Kosmodemyanskaya, em referência à guerrilheira russa morta pelos nazistas em 1941, na defesa da União Soviética, durante a Segunda Guerra⁵.

Escobar participou da campanha em defesa do petróleo brasileiro nos anos 1950 e atuou na diretoria do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. Iniciando a militância política no Partido Comunista (PCB)⁶ na década de 1950, ele trabalhou muito para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ), em 1962. Atuava com vigor, em especial na organização dos camponeses nos distritos de Capivari, Xerém e São Lourenço, naquele município. Com o Golpe de Estado de 1964, permaneceu preso durante doze dias. Libertado, passou a atuar na clandestinidade, reaparecendo em 1966. Posteriormente, ligou-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).⁷ Nesse último esteve completamente envolvido nas manifestações pré-64 de Capivari e São Lourenço.

lavradores teriam recebido notificações judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à Fazenda para impedir o despejo das outras três famílias que constavam no processo judicial

³ Informação 073/115/76/ARJ/SNI sobre José Inácio Romeiro Junior, datada de 19/11/1976. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76099729_d0001de0001).

⁴ Aperj, Prontuário RJ, pasta 23184, referente a Domingos Lopes.

⁵ Ver mais sobre a história desta guerrilheira em Harris (2012) e Platt (2016).

⁶ Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, sigla PCB. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização.

⁷ O nome Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) possui a peculiaridade de ter sido usado inicialmente por um grupo e depois por outro, dando origem ao que se chama “primeiro” e “segundo” MR-8. Na prática são duas organizações diferentes que adotaram o mesmo nome. Como várias das organizações armadas, o “primeiro” MR-8 surgiu a partir de uma dissidência do PCB, conhecida como a dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), tendo por principais lideranças: Aluizio Palmar, Nielse Fernandes e Milton Gaia Leite. A esse grupo somou-se posteriormente a dissidência do Paraná. O nome da organização MR-8 é uma homenagem a Che Guevara. Antes disso, o grupo usava a nomenclatura DI-RJ, cuja sede era Niterói (HERLER, 2015)

De acordo com Codarin (2019), o início do trabalho do MR-8 na Baixada Fluminense ocorreu por meio de Felix Escobar⁸, cujo filho trabalhava no estaleiro Ishikiwajima, na praia do Caju, no Rio de Janeiro, onde a organização realizou algumas ações, sob a coordenação da Frente de Trabalho Operário (FTO). Felix possuía um sítio no Núcleo São Bento, em Duque de Caxias, onde cultivava frutas, aipim e um canavial, mas também trabalhava como vendedor de persianas na empresa Columbia.

Segundo relato de Antônio Escobar, filho de Felix, foi seu tio, Manoel Escobar Sobrinho, quem aproximou Felix do PCB ainda antes do golpe de 1964⁹. Antônio conta ainda que Felix chegou a ir à Rússia para estudar e que falava muito em Tchecoslováquia e União Soviética (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 01/06/2019). Irany Escobar, viúva de Felix, relata que seu falecido companheiro costumava dizer que queria “derrubar o governo para ser todo mundo igual”, questionando por que alguns “tinham conforto e outros não” (Irany Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 18/05/2019).

Indiciado no IPM 709, que investigou o PCB, Felix foi preso em junho de 1965 e prestou um depoimento, no qual relata ter sido responsável pela criação de uma organização de base ligada à Associação dos Lavradores de Caxias na localidade de Lamarão, a fim de discutir problemas do cotidiano camponês, de modo que, “uma vez conquistadas as reivindicações, o Partido passaria a prestigiar-se no seio dos trabalhadores do campo¹⁰”. Em documento¹¹ anterior do mesmo IPM, Felix já era descrito como “comunista confesso”, ligado às atividades do partido no “setor campo”. O documento acrescenta ainda que Felix militava no Sindicato dos Empregados do Comércio, “sendo ao mesmo tempo orientador sindical do Sindicato dos Lavradores de Caxias”. Conforme Codarin (2019), Felix chegou a participar de algumas reuniões de articulação em torno do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas não se tem indícios de que de fato tenha aderido à iniciativa.

⁸ Embora apareça em alguns registros como Felix Escobar Sobrinho, seu nome é apenas Felix Escobar. O filho mais novo Antônio relata que o acréscimo de Sobrinho ao final do nome fazia parte da estratégia de contrainformação, característica da vida clandestina (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista realizada por Fabricio Telo em 01/06/2019).

⁹ Em depoimento prestado em 1965, no entanto, Felix afirmou ter sido convidado a ingressar no PCB por João Anastácio Bezerra, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e de Marceneiros (Depoimento de Felix Escobar à Polícia do Exército em 05/07/1965, IPM 709, BNM 279, p. 2.631).

¹⁰ Termo de perguntas ao indiciado. Depoimento de Felix Escobar à Polícia do Exército em 05/07/1965, IPM 709, BNM 279, p. 2.632

¹¹ Ofício nº 59-E/2-114, IPM 709, 30/06/1965. BNM 279, p. 2.596.

Nesta época Duque de Caxias era uma área estratégica para todo o Rio de Janeiro, pois possuía indústrias como a Fábrica Nacional de Motores, a Refinaria Duque de Caxias e a Associação dos Lavradores Fluminenses e vivenciava uma intensa mobilização dos movimentos sociais, em 1968, sob a administração de Moacyr do Carmo, Caxias foi considerada Área de Segurança Nacional. E assim, em 1971, iniciou um longo período de presença dos governos militares na cidade.

A militância comunista se caracterizava, sobretudo, pela capacidade de mobilização, de defesa dos interesses de classe ou das lutas específicas, pela produção de um sindicalismo chamado por muitos de “político”. Os comunistas em Caxias haviam adquirido certa visibilidade. “Caxias era um foco de comunistas”, dizia Tenório, referindo-se aos anos cinquenta.

Ao analisarmos a ação repressora dos militares e os impactos produzidos em Duque de Caxias, fica clara a força do desmonte das organizações dos trabalhadores. Quando a notícia do golpe chegou aos operários da FNM, eles pararam a fábrica e, na madrugada, as tropas militares a ocuparam. Fugas, prisões e desaparecimentos provocaram em alguns Círculos Operários¹², como o de Xerém, a desaprovação da ação militar.

No final de 1970, após filiar-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a casa de Escobar foi invadida por dezenas de agentes dos órgãos de repressão da ditadura, que espancaram um de seus filhos, em uma tentativa de descobrir a possível localização de armas. Porém nessa época, o militante já morava na cidade de Feira de Santana, no interior da Bahia. No ano de 1971 como é mencionado no livro, *Minhas Crônicas*, de Antonio Paiva Rodrigues, Félix Escobar, teria se mudado para Salvador, indo morar na residência da militante Iara Iavelberg¹³, companheira de Carlos Lamarca¹⁴, em um disfarce onde se apresentavam como pai e filha. Primeiro

¹² Instituições Educacionais.

¹³ Foi uma militante de extrema-esquerda, integrante da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Psicóloga e professora, depois de entrar na luta contra o regime militar, primeiro integrando a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) depois o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tornou-se companheira do ex-capitão do exército Carlos Lamarca, um dos principais líderes da oposição armada ao governo militar no Brasil, até morrer num cerco de agentes de segurança em Salvador, Bahia, em agosto de 1971. Foi um dos casos investigados pela Comissão da Verdade, que apura mortes e desaparecimentos na ditadura militar brasileira.

¹⁴ Foi um militar desertor e guerrilheiro brasileiro, um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar instaurada no país em 1964. Capitão do Exército Brasileiro, desertou em 1969, tornando-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização da guerrilha armada de extrema-esquerda que combatia o regime.

ficou um tempo em Salvador, depois Alagoinhas e, por fim, Feira de Santana. Trabalhou nesse período numa obra em Feira de Santana (BA), no bairro de Cruzeiro.

Meses depois da invasão e ocupação da casa de Escobar, sua esposa Irany, com seus dois filhos menores e um filho de Félix do seu primeiro casamento, seguiu para Feira de Santana. Lá já estava a polícia em observação. Ela não sabia do paradeiro do marido ao chegar lá e uma semana depois foi presa, permanecendo dois dias nas dependências da Polícia Federal daquela cidade.

Apesar de não existir uma certeza sobre a data e o local do sequestro do militante Félix Escobar, o que se sabe é que o mesmo ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 1971. Existem duas versões sobre o sumiço do militante, como apontado no livro-relatório da CEMDP. A primeira versão conta que Félix Escobar foi sequestrado no mês de outubro, na casa de seu amigo e parceiro de militância, João Joaquim Santana, no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. Porém existe uma segunda versão que indica que o militante foi preso em Belfort Roxo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, por circunstâncias ainda não esclarecidas pelas autoridades. Na época o então preso político César Queiroz Benjamin¹⁵ afirmou ter visto Félix Escobar Sobrinho, sendo levado por agentes da repressão do DOI-CODI para o quartel da Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Em relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993, consta que Félix Escobar foi preso em razão de "atividades terroristas" e que ele frequentava a pedreira de Xerém, em Duque de Caxias. Em um outro relatório da Marinha, disponibilizado pela Comissão Nacional da Verdade, consta que um militante de nome Felix Martins Escobar, em junho de 1965, já teria sido preso por atividades terroristas e que o mesmo, também, frequentava a pedreira do Xerém.

No dia vinte e oito de janeiro de 1979, foi publicada uma matéria pelos jornalistas Ana Lago e Antônio Henrique Lago, da Folha de São Paulo, onde entrevistaram um general, que trabalhava dentro dos órgãos de repressão da ditadura militar, e que mencionava um relatório que atestava a morte de Félix Escobar Sobrinho e de mais doze desaparecidos. No final da matéria existe um pequeno capítulo chamado "Os Feitos", nele está escrito "Estes são os nomes das pessoas cujas fichas

¹⁵ É um cientista político, editor e político brasileiro. Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), participou da luta armada contra o regime, foi perseguido e exilado. Co-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), foi também filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tendo se desligado dos dois partidos.

estavam no "necrotério" de um órgão de segurança em dezembro de 1973 e que são dadas como desaparecidas pelas famílias e pelas organizações de defesa dos direitos humanos, de acordo com as informações colhidas junto a um oficial que atuou em função de comando na época." O sexto nome que pode ser encontrado na lista é o de Félix Escobar, indicando que o mesmo foi preso em outubro de 1971.¹⁶

Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, lançaram o livro *Desaparecidos Políticos*, em 1979, e nele existe um trecho em que o preso político Nilson Venâncio¹⁷ relata que: "Quando eu estava preso na Bahia, soube, por intermédio de José Carlos Moreira, preso na mesma circunstância, que teria saído no jornal o atropelamento de uma pessoa, de nome Félix Escobar Sobrinho. Um caso típico de tantas outras mortes que ocorriam no interior do DOI-CODI e que depois eram ditas como sendo atropelamento".

Nilson Venâncio já contou também que um dos homens do CODI-6, na Bahia, responsável pela sua prisão em Feira de Santana, ao transportá-lo, quarenta dias depois de preso, do Forte Barbalho para o agrupamento dos Fuzileiros Navais, confessou que o seu companheiro Félix estava "grampeado" há muito tempo.

Você pensa que farda vale alguma coisa? Nós batemos até em general.

Depois de ouvir esse comentário de um dos agentes da PE do Rio de Janeiro, um dos oitos filhos do operário Félix Escobar perdeu as esperanças. O desaparecimento do pai estava selado de mistérios, mas pela violência praticada pela polícia política do governo, a família passou a ter a certeza que o pior havia acontecido. Família e vizinhos de Escobar foram maltratados, espancados. Alguns dos seus filhos foram torturados nas dependências do DOI-CODI da rua Barão de Mesquita, no Rio. Um outro de apenas cinco anos, quando os policiais invadiram sua

¹⁶ Félix Escobar na lista do CBA está como preso em outubro de 1971. Presume-se que esse oficial seja o Coronel Adyr Fuiza de Castro, criador e chefe do CIE, chefe do DOI-CODI I Exército, comandante da PM/ RJ e da VI Região Militar.

¹⁷ Nilson Venâncio, um dos camponeses que aderiu ao MR-8. Seus pais eram imigrantes de Itaperuna, região norte fluminense. Instalaram-se como posseiros na Fazenda Lamarão, próximo a Xerém. Seu pai começou a trabalhar como empregado da FNM, ainda no processo de desmatamento da área para a construção das instalações, no início da década de 1940 (a fábrica foi fundada em 1942). "Ficou lá uns tempos, mas ele tinha uma vocação rural", contou Nilson. Depois disso, mudou-se para a Fazenda São Lourenço, vizinha às terras da FNM, para trabalhar vendendo lenha e carvão. Nilson, que nasceu em 1937 e chegou na Baixada aos dois anos de idade, conta que cresceu acompanhando as cenas de despejo recorrentes na região, inclusive de sua família, que foi obrigado a sair da Fazenda São Lourenço e mudar-se para Belford Roxo. Depois de um tempo, seu pai voltou a Xerém, como posseiro na área rural da FNM. Nilson, na adolescência serviu ao Exército e depois seguiu os passos do pai e começou a trabalhar como operário da FNM, ao mesmo tempo em que morava na área rural da própria fábrica.

casa na rua 05 de Julho, bairro do Pilar, em Caxias (RJ) levou socos na cara. Irany e vários de seus filhos foram presos, assim como Manoel Escobar Sobrinho, sua esposa e uma das filhas (Antônio Escobar e Irany Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevistas a Fabricio Teló em 01/06/2019 e 18/05/2019, respectivamente). Cabral e Lapa (1979, p. 124) também relataram a repressão sofrida pela família e vizinhos de Felix:

Em fins de 1970, durante 15 dias, a rua onde morava Felix Escobar com sua família permaneceu ocupada não por 100, mas por uns 200 homens armados de metralhadoras, rifles, fuzis. Isso causou tão grande susto nos vizinhos da família de Felix a ponto de ter gente que passou alguns dias sem sair de casa temendo ser preso ou espancado. Afinal, vários vizinhos ouviram os urros de um dos filhos do operário ao ser esbofeteado violentamente pelos homens do Exército.

Apenas depois de três meses, conseguiu articular a ida de sua nova companheira e os dois filhos pequenos. Depois de mais alguns meses, foi a vez de Antônio Escobar, que era adolescente na época. Ele conta que em Feira de Santana os militantes faziam treinamento na Serra das Agulhas: “Me convidavam pra ir, mas eu não queria ir”. Ainda segundo ele, Felix chegou a chamar os demais filhos para irem também à Bahia, mas não o fizeram porque, como já eram adultos, já tinham um projeto de vida próprio. Antônio manifestou arrependimento por ter ido: “Se eu não tivesse ido, poderia ser dono de muita coisa aqui. [apesar de ser um adolescente], eu tinha animal e um tanto de coisas aqui. Acabei com estudo, com tudo” (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 01/06/2019).

Félix Escobar foi morto sob custódia do Estado e permaneceu como desaparecido político até dezembro de 2014, quando seus restos mortais foram identificados pela Comissão Nacional da Verdade, em parceria com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, no Cemitério Ricardo de Albuquerque, zona norte do Rio de Janeiro¹⁸.

2. LINHA DE PESQUISA

¹⁸ Investigação da CNV revela o destino de Félix Escobar. Portal do governo do Brasil, 28/01/2015. Disponível em: <https://bit.ly/2XIKn9D>.

A linha de pesquisa “Política e Sociedade” trabalham em torno do conceito de sociedade civil, de “grupos”, de instituições e do Estado e suas formas de mobilização e expressão. O meu projeto vincula-se com essa Linha de Pesquisa porque vou procurar compreender como a sociedade civil brasileira, as instituições não governamentais e os “grupos de guerrilha se comportaram no período da Ditadura Militar particularmente entre 1964 a 1971.

A problemática principal do meu trabalho é a análise de diferentes versões, visões apresentadas pelos familiares de Félix Escobar, pelo Ministério da Marinha e Exército, pela Anistia Internacional, Comissão Nacional da Verdade e outras instituições sobre acontecimentos que permearam a vida e a morte de Escobar. A dimensão espacial engloba Duque de Caxias, Guanabara e Salvador e o recorte temporal vai de 1923 a 1971.

A pesquisa está embasada principalmente na seguinte documentação: na documentação do DOPS – Coleção Polícia Política encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, nos sites do Centro de Documentação Eremias Delizoicov, Memórias da Ditadura, nos documentos da Comissão Nacional da Verdade e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, no Projeto Brasil Nunca Mais, na Plataforma Memórias Reveladas / Arquivo Nacional e na entrevista com familiares de Escobar.

Na elaboração desse projeto foram utilizadas como principais referências bibliográficas para se compreender a trajetória da cidade no período analisado as seguintes obras: “Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)”¹⁹, “Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964”²⁰, “O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985”²¹.

Para construirmos um referencial teórico e uma metodologia para a análise dos documentos e contextualização das informações utilizaremos as propostas encontradas em “Memória, Esquecimento, Silêncio”²², “O Mundo como Teatro,

¹⁹ MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)*. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

²⁰ SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2002.

²¹ CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.

²² POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v.2, n.3, 1989.p.9.

estudos de antropologia histórica”²³, “Entre Memória e História. A problemática dos lugares.”²⁴, “História e Memória”²⁵ e “Entre memória e história”²⁶ e “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”²⁷. Destas obras utilizaremos os conceitos de Memória, Amnésia Social, Lugares de Memória, Memórias Subterrâneas e Memória Dividida.

3. OBJETIVOS:

3.1: Objetivos Gerais:

- Identificar as motivações (luta pela melhoria nas condições de vida e idealismo) que levaram Félix Escobar a participar socialmente e politicamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias, Sindicato dos Empregados no Comércio em Duque de Caxias e São João de Meriti, Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro e do Partido Comunista.
- Analisar os motivos e as circunstâncias (poderiam estes ser o aumento da violência na cidade, o fato de o mesmo estar visado pela Polícia Política por suas atuações pelo MR-8) que levaram Escobar a abandonar a cidade de Duque de Caxias e a Guanabara e mudar-se para Salvador, no estado da Bahia.
- Explicitar a atuação do MR-8 na Bahia (poderia ser talvez um dos núcleos mais organizados do partido) e descobrir quais foram os motivos que levaram os militantes perseguidos pelos militares a se refugiarem nesse Estado.

3.2: Objetivos Específicos:

* No nível acadêmico: Pesquisar as diversas bibliografias e fontes que me proporcionem a entender o papel de Escobar, sua militância e importância para as cidades de Duque de Caxias, Guanabara e Salvador.

²³ BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa, Difel, 1993.

²⁴ NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10. Dezembro de 1993.

²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

²⁶ RICOEUR, Paul. “Entre memória e história”. In *Projeto*. Paris: número 248, p.11, 1996.

²⁷ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum” In: FERREIRA e AMADO, 1998: 103-137.

* No nível social: Contribuir com o meu trabalho para que as pessoas interessadas no assunto possam entrar em contato com mais uma pesquisa sobre essa temática.

* No nível pessoal: Através do meu trabalho evidenciar, chamar a atenção para esse tema tão importante e relevante na história do nosso país.

4. HIPÓTESES

- A atuação social e política de Félix Escobar antes de 1964 lutando por melhorias de condições de vida através do seu engajamento em instituições como por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias aproximou Escobar da luta contra o regime militar, primeiramente no PCB e posteriormente no MR-8.
- A transformação da cidade de Duque de Caxias em Área de Segurança Nacional em 1968 (ocupação da FNM, perseguição contra os movimentos sociais na cidade, prisões, desaparecimentos e mortes) e o envolvimento de Escobar com o MR-8 e com ações políticas nesta cidade e na Guanabara provocaram sua perseguição pelas forças de repressão que o obrigaram a se refugiar-se na Bahia.
- O MR-8 contar com um “quadro” forte na Bahia levou vários militantes da Guanabara perseguidos pelos militares, entre eles Escobar, a se abrigarem e militarem nesse Estado.

5. DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Para trabalhar militância em Duque de Caxias nas décadas de cinquenta e sessenta temos primeiramente: José Ricardo Ramalho com a sua obra *Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM* trabalhando o movimento sindical em Caxias através da FNM. Por meio da história social dos operários da Fábrica Nacional de Motores (FNM), o autor desvenda a tragédia dessa experiência, do modelo de empresa estatal, nos anos de 1940, até o conceito produtivista e a privatização nas décadas de 1960 e 1970.

O autor Mario Grynspzan na sua dissertação de mestrado “*Lavradores e Grileiros na Luta Democrática e Mobilização Camponesa e Competição Política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*” que trabalha sobre movimento camponês.

E como obras de memória têm como referência: o livro *Memória Camponesa* de José Pureza que conta a história de José Pureza e de sua esposa Josefa Pureza e do movimento camponês em Xerém. Segundo essa obra, Josefa nasceu em 1924, em Alagoas. Filha de boias-frias viu sua mãe morrer por falta de recursos médicos e seu pai, de doença de Chagas. Órfã, passou ainda pequena a trabalhar em casa de família, em troca de moradia e comida. Em seus depoimentos, ela se considerava uma escrava doméstica. Quando, ainda jovem, conheceu Pureza, residente do Rio de Janeiro, viúvo e com dois filhos, casaram-se e vieram para o Rio de Janeiro.

A dissertação de mestrado “*Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. História Política do Município de Duque de Caxias*” de Marlucia Santos de Souza que trabalha com a história política da cidade de Duque de Caxias, escavando o seu passado, indo desde do processo de ocupação colonial até a década de sessenta.

Há uma passagem no texto de René Remond que explica uma das fundamentações, uma das escolhas para esta investigação sobre a trajetória de Escobar, recorrendo-se ao campo das memórias e seguindo a linha de pesquisa de História Política.

Certamente o poder é o ponto máximo. O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra como lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos. Mas há também a conquista e a contestação desse poder, e a relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamento das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação, também, com os grupos sociais e as tradições de pensamento.²⁸

Utilizaremos de diversas fontes tais como: (orais, escritas, documentais, digitais, entre outras) que para confrontarmos as diferentes interpretações feitas sobre a morte do militante Félix Escobar. Como diz Alessandro Portelli, “representação e fatos não existem em esferas isoladas.”²⁹

Não existe memória pura. Toda memória, em qualquer época e lugar, tem a sua formação mediada pela cultura política e social onde os indivíduos estão inseridos, bem como pela própria memória coletiva. O tempo histórico

²⁸ RÉMOND, René. O Retorno do Político. In: CHAUVEAU. A. & TÉTARD. P. (orgs). *Questões para a história do presente*. BAURU: EDUSC, 1992.

²⁹ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, 2006. p.11.

interage com a memória, num processo de reelaboração contínua; o que torna a lembrança e, também o esquecimento um processo dinâmico já que ela é “particularmente instável e maleável”³⁰.

Esta instabilidade nos oferece várias contribuições que quando confrontadas e analisadas podem esclarecer ou problematizar o comportamento dos diversos grupos e atores sociais envolvidos no período da ditadura militar, e qual memória pretende cada grupo afirmar ou reafirmar particularmente entre os anos de 1964 a 1971.

Para pensar a comunicação entre militantes e camponeses, utilizo Bourdieu (2008), que concebe a existência campo linguístico, espaço no qual as “trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos” (2008, pp. 23-4). De acordo com esta perspectiva, a adoção de determinados “estilos expressivos”, muitas vezes de forma inconsciente e às vezes até mesmo involuntariamente, é resultado de um “hábitus linguístico”, que, por sua vez, é expressão de um “habitus de classe”. Quando há uma distância social entre os interlocutores no “mercado linguístico”, ocorre o que Bourdieu chama de “colisão estilística”, uma tensão que impõe a necessidade de adaptação do discurso.

Ao analisar o trabalho político dos comunistas brasileiros junto ao campesinato, Medeiros (1995) observou a maneira pela qual o PCB procurou se aproximar dos camponeses nos anos 1950 por meio de uma linguagem que se fizesse compreensível para esse segmento.

Ao analisar o estímulo ao engajamento dos camponeses com base em Gramsci, observa-se uma tentativa de desconstrução da hegemonia da classe dominante. Os militantes seriam, nesse caso, o que o autor chama de intelectuais orgânicos, que teriam o papel de instigar as pessoas à compreensão crítica de si mesmas e do mundo. Não se trata dos intelectuais ligados à institucionalização da educação formal, ou do contexto acadêmico, mas daquelas pessoas oriundas das próprias classes subalternas e que percorreram caminhos que os levaram a pensar mais criticamente sobre o seu mundo e, por isso, constituiriam a liderança do processo revolucionário. Para isso, na concepção do autor, teriam que ajudar as pessoas que ainda não adquiriram a visão crítica do mundo, a fazê-lo. Estabelecendo um diálogo

³⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

entre essa tese e a teoria de Paulo Freire, tal “ajuda” pode se dar de maneira dialógica ou não, dependendo da postura adotada pelos militantes. Uma perspectiva que considera as classes populares como desprovidas da consciência necessária para a revolução, de modo que precisam ser dirigidas pela vanguarda para que o processo revolucionário pudesse se dar por completo, caminha no sentido de uma ação antidialógica, uma vez que, nesse caso, o projeto revolucionário seria construído pelo partido, sem a participação das classes populares.

Em um dos primeiros trabalhos sobre a esquerda armada no Brasil dos anos 1960-70, Jacob Gorender (1987) apresenta um histórico de cada organização desde o PCB e suas dissidências, passando pela eliminação de cada uma pelas Forças Armadas, até o que ele chama de “os embriões da autocrítica. Para ele, o PCdoB foi o único que definiu como estratégia central a guerrilha rural, enquanto as demais, embora a tivessem como horizonte de luta, priorizavam em um primeiro momento a guerrilha urbana.

Considerada a primeira análise estritamente sociológica sobre a luta armada no período 1968-1974, a tese de Marcelo Ridenti defendida em 1989 (RIDENTI, 2010) focou nas implicações das origens sociais dos militantes das organizações armadas para sua atuação política e destacou a predominância de oriundos da classe média, sobretudo de estudantes. No capítulo em que analisa a inserção das esquerdas armadas nas bases da sociedade, o autor baseia-se nos processos judiciais sistematizados pelo projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) para observar a quantidade de “subversivos” denunciados nas diversas categorias sociais: operários, mulheres, ex-militares e camponeses.

Sales (2005) analisou a forte influência da revolução cubana (processo político em que a guerrilha rural foi central) no debate ideológico e nas formulações políticas das organizações comunistas no Brasil dos anos 1960 e 1970. As organizações apontadas pelo autor como as que mais se inspiraram no modelo cubano foram a Ação de Libertação Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Ala Vermelha do PCdoB e o Comando de Libertação Nacional (Colina). Sales aponta que até mesmo o PCdoB, um dos principais representantes do maoísmo no Brasil, apresentou diversas semelhanças com o modelo cubano em sua experiência com os camponeses na região do Araguaia.

O debate sobre a relação entre campesinato e revolução tornou-se objeto de discussão acadêmica nos anos 1960 a partir das contribuições de Hanza Alavi, Theodor Shanin, Barrington Moore Jr., Eric Wolf e Eric Hobsbawn. Nas décadas seguinte, deram continuidade às reflexões Joel Migdal, Jeffrey Paige, James Scott e Theda Skocpol. Esta última explica que uma das razões que explicam por que o tema ganhou importância nesse momento histórico foi o impacto da guerra do Vietnã entre os intelectuais, sobretudo para os estadunidenses³¹ “fascinados com o potencial revolucionário do campesinato – especialmente do Terceiro Mundo” (SKOCPOL, 1982, p. 352).

Uma ideia comum a boa parte dos autores que trabalham com essa temática foi a necessidade de uma organização externa para liderar os camponeses no sentido de caminharem coletivamente em uma esfera mais ampla que a local, para uma direção específica. Tal constatação pode ser um indício de que o leninismo não influenciou apenas atores políticos ao redor do mundo, mas também acadêmicos que se propuseram a analisar o tema, com exceção de Scott, cuja proposta é crítica a essa perspectiva.

Dialogar com a historiografia sobre a ditadura brasileira trabalhando com um dos eixos a partir da memória é um grande desafio, pois a historiografia é diversa, apresentando assim diferentes memórias do regime. Para estudarmos esse período, devemos analisar a ambivalência dos pensamentos e sentimentos das pessoas envolvidas nesse contexto. Iremos encontrar discursos que colocam os militantes que fizeram a opção pela luta armada como bandidos, terroristas e subversivos, já outros que colocam os militares como covardes, cruéis e assassinos e ainda aqueles que têm a imagem dos mesmos como heróis nacionais. Para compreender esse período devemos analisar as escolhas ou não escolhas feitas, para tentar compreendemos assim o comportamento dos brasileiros diante da ditadura.

6. REFERÊNCIAS TEÓRICO – METODOLÓGICAS

³¹ A Guerra do Vietnã ocupou papel central na arena pública dos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970 em função do papel assumido pelo país na luta contra os revolucionários vietnamitas. Intensas campanhas contra a participação americana naquele conflito ocorreram com a liderança de diversos intelectuais.

O ponto inicial de partida para desenvolver a pesquisa foram os arquivos dos processos penais disponibilizados pelo projeto Brasil: Nunca Mais³² e os documentos do extinto Sistema Nacional de Informações e Contra-informações (Sisni) disponíveis no Arquivo Nacional por meio do projeto Memórias Reveladas³³, que me deram acesso à versão dos militares sobre alguns dos fatos que me propus pesquisar, além de nomes de pessoas que vou procurar para entrevistar. Irei complementar a análise com fontes bibliográficas, documentos das próprias organizações e entrevistas realizadas por outros pesquisadores disponíveis em arquivos públicos. O percurso metodológico da pesquisa poderia ser sintetizado, portanto, em dois pontos (análise documental e história oral).

O tratamento dos arquivos exige uma abordagem não ingênua. Como aponta Ricoeur (2007), eles são, além de lugares físicos e espaciais, lugares sociais. Os arquivos, portanto, devem ser tomados como produtos de relações de poder. As informações neles registradas passaram por escolhas de determinadas pessoas, que carregavam consigo uma trajetória, tinham uma determinada compreensão de mundo e ocupavam uma posição específica de poder. Os diferentes tipos de arquivo reproduzem distintas perspectivas sobre os fatos e o pesquisador deve tomá-los como tal (CATELLA, 2011).

Os arquivos utilizados neste projeto inserem-se no conceito de “documentos sensíveis”, definidos por Thiesen (2014) como aqueles produzidos em regimes de exceção contendo segredos de Estado e/ou que expressam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida privada ou pública e de seus descendentes. São também chamados de “arquivos da repressão”, caracterizados por Catela (2002) como aqueles que afetam agentes do Estado, as vítimas, seus familiares,

³² Coordenado pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e pelo pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, Jaime Wright, o estudo publicado em 1985 é considerado a primeira “Comissão da Verdade” do Brasil, porém não oficialmente, já que foi uma iniciativa não do Estado, mas de atores da sociedade civil que fizeram uso da ideia de comunicação alternativa (CUNHA, 2014). Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

³³ Formalmente criado em 2009 pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, sediado no Arquivo Nacional reúne os documentos que, até 2005, estavam sob guarda na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), indisponíveis ao público. A publicização desses arquivos foi possível após intensa mobilização das organizações de familiares de vítimas, ex-presos políticos e militantes dos direitos humanos, que levou o Presidente Luis Inácio Lula da Silva a assinar o decreto 5.584/2005, determinando a abertura dos arquivos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). O projeto também reúne a documentação de órgãos de repressão estaduais. Ver mais em Silva (2014). O portal está disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br>.

organizações de direitos humanos e a comunidade como um todo. Rodrigues (2014) se refere aos documentos oficiais destacando que, embora tenham autoridade (devido ao fato de serem produzidos por agentes estatais e ao local onde se encontram arquivados), eles não são necessariamente portadores de “fatos verdadeiros”. Sua veracidade, segundo a autora, depende das circunstâncias de sua criação e preservação. Frehse (2005) e Costa (2010), propõem uma “etnografia dos arquivos”, em que o “campo” da pesquisa são os próprios documentos. Embora o pesquisador não possa interagir diretamente com os interlocutores, ele pode observar e ficar atento a todas as informações que os registros gráficos, visuais e orais podem fornecer.

Para a realização de uma pesquisa historiográfica é imprescindível a definição de seu arcabouço teórico, através da exposição dos principais conceitos utilizados. Dessa forma, os conceitos que compõem nosso quadro teórico são: “Memória”; “Amnésia Social”; “Lugares de Memória”; “Memórias Subterrâneas” e “Memória Dividida”.

O conceito de *memória* é utilizado aqui seguindo algumas das reflexões de Michael Pollak. Para Pollak, memória é uma operação coletiva dos fatos do passado que se quer salvaguardar. Ela tem como funções essenciais: manter a coesão interna e defender os pontos que um grupo tem em comum. Dessa forma, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.³⁴

A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade. Como assinala Michael Pollak, a memória resiste à alteridade e à mudança e é essencial na percepção de si e dos outros. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade.³⁵

É importante salientar que, assim como a história, a memória é lugar e objeto de estudo nas relações de poder.

Jacques Le Goff é esclarecedor quando afirma que: “tornaram-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os

³⁴ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v.2, n.3, 1989.p.9.

³⁵ Ver Pollak, 1989 e 1992.

esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.³⁶

Segundo Paul Ricoeur, a memória permanece, em última instância, a única guardiã de algo que “efetivamente ocorreu no tempo”. Assegurando a continuidade temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, se aproxima da história pela sua “ambição de veracidade”.³⁷

Utilizarei a definição de *política*, entendida a partir da concepção de René Rémond, na qual é considerada como “uma atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder” ³⁸, sendo somente política “a relação com o poder na sociedade global” ³⁹. Esta concepção, aliada ao conceito de poder, entendido em sua definição clássica, enquanto um tipo de relação social na qual um grupo ou um indivíduo que o exerce, induz um outro grupo ou indivíduo a comportar-se tal como ele deseja⁴⁰, nos permitirá entender como é vista a relação entre a direita e a esquerda no período da ditadura militar.

Nesta pesquisa, utilizaremos as contribuições de autores como: a noção de *amnésia social* e *memórias subterrâneas*, de Peter Burke e Michael Pollak, a perspectiva de *lugares de memória*, de Pierre Nora e *memória dividida* de Alessandro Portelli.

O conceito de *Memórias Subterrâneas* é aqui utilizado de acordo com as definições de Peter Burke e Michael Pollak. Para Burke, elas surgem e se mantêm paralelamente nos espaços deixados entre o esquecimento e a memória social. ”⁴¹ Para Pollak, estas memórias marginalizadas abriram novas possibilidades no terreno fértil da História Oral. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir e sim, trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exarcebados”.⁴²

³⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

³⁷ RICOEUR, Paul. “Entre memória e história”. In *Projeto*. Paris: número 248, p.11, 1996.

³⁸ René Remond. “Por uma história política”. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.444.

³⁹ Idem ao 38.

⁴⁰ Mario Stoppino. “Poder”. In: Bobbio, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1995. pp.933-942.

⁴¹ Idem ao 34.

⁴² POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v.2, n.3, 1989.p.3-15.

O conceito de *Amnésia Social* para Peter Burke consiste “no apagamento oficial do conflito no interesse da coesão social. Como uma obliteração de memórias em conflito.”⁴³

O conceito *Lugares de Memória* “expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia. É a história que ainda possui restos de memória”.⁴⁴

O conceito de “memória dividida” pode ser utilizado para análise das narrativas dos Ministérios da Marinha e do Exército e da Anistia Internacional (quando se refere ao assassinato de Escobar), do Estado e da Mídia da época e dos Grupos de Esquerda (como eram vistos esses militantes que fizeram a opção pela luta armada).

Através da leitura qualitativa das fontes (destacando a importância da História Oral para essa pesquisa) e da análise crítica dos textos, examinaremos como a omissão do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foi fundamental para desresponsabilizar os culpados e impor a amnésia do silêncio final. Assim, procederemos à sistematização e consulta das fontes, já previamente levantadas.

Realizaremos também análises dos discursos, oficial (dos aparelhos de imprensa, ministérios da Marinha e Exército) e silenciado (parentes de militantes, relatórios da Anistia Internacional, Comissão Nacional da Verdade): meio pelo qual se relaciona o texto ao contexto em que ele foi produzido. Isso porque, em pesquisa histórica, o documento é sempre portador de um discurso, que não pode ser considerado pelo historiador como algo transparente e que, desse modo, deve ser sempre relacionado ao social.

Buscaremos esclarecer, através de análise dos discursos, os pontos de concordância e divergência entre as fontes selecionadas, acerca da imagem de Félix Escobar. O ato de comparar as fontes nos permite verificar imprecisões ou “esquecimentos” propositais, que variam de acordo com o ponto de vista que se pretende defender. A análise de discurso contribuirá para o enriquecimento da pesquisa, pois teremos contato com visões antagônicas e poderemos assim contrapor-las e confrontá-las para saber até que ponto são verdadeiras.

A metodologia da história oral, por meio de entrevistas e de conversas informais, é central para acessar a memória dos sobreviventes, familiares, vizinhos

⁴³ BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa, Difel, 1993. p. 248.

⁴⁴ NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10. Dezembro de 1993.

e/ou quaisquer outras pessoas envolvidas nos processos relacionados ao tema da pesquisa. Tal como destaca Novaes (2001), é preciso atentar para as dificuldades em lidar com esse tipo de memória, em função dos traumas vividos por essas pessoas, dadas as violências sofridas pela repressão da ditadura. Por muito tempo se impôs um silêncio sustentado em uma visão negativa dos que se envolveram, ainda que apenas indiretamente, com a luta armada. A autora destaca ainda que o objetivo a ser alcançado pela pesquisa não deve ser “a verdade”, mas “as verdades” das narrativas socialmente construídas, tendo em vista a identificação de pontos em comum entre as diferentes reconstruções da memória.

7. ANÁLISE DAS FONTES

- * Documentos dos DOPS: fichas criminais, recortes de jornais, transcrição de conversas encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Seção: Polícia Política. Setor: Comunismo e Terrorismo.

Através dessas fontes analisar qual era o discurso dos órgãos de segurança e repressão no período do regime militar.

- * Depoimentos:

Através das entrevistas com familiares de Félix Escobar analisar como foi o seu passado antes de entrar na militância e quais foram as motivações que o fizeram entrar no PCB e posteriormente no MR-8.

- * Bibliografia – obras, resenhas e artigos - com citações sobre Escobar:

Analisar qual é o discurso presente, qual a visão que essas publicações trazem de Escobar.

- * Documentário: Memória para Uso Diário, do Grupo Tortura Nunca Mais.

Analisar e comparar depoimentos de parentes de militantes assassinados no período da ditadura militar e de parentes de crianças, adolescentes assassinados hoje pelas milícias e grupos de extermínio.

- * Sites: Centro de Documentação Eremias Delizoicov, Memórias da Ditadura, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão

Nacional da Verdade, Projeto Brasil Nunca Mais e Plataforma Memórias Reveladas / Arquivo Nacional.

Analisar as informações, documentos que essas plataformas têm em seu arquivo sobre Escobar.

* Artigos de Jornais, como por exemplo: Jornal da Tarde de 26 de julho de 1995.

Analisar as diferentes opiniões da mídia sobre a vida e militância de Escobar.

7.1. LIVROS, PUBLICAÇÕES E ARTIGOS

TELES, Janaina (org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

Trata sobre valas clandestinas no Cemitério Ricardo de Albuquerque.

Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Cabral e Lapa, Reinaldo e Ronaldo (1979). *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: Opção.

MAIA, Aline Borghoff (14 de julho de 2017). Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): articulações rufo-fabris na Baixada Fluminense. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*.

Dossiê e biografia de Félix Escobar.

7.2: Entrevista com a segunda esposa de Escobar: Iracy e o filho mais novo Fernando.

7.3. DOCUMENTÁRIO

- Memória do Uso Diário – Grupo Tortura Nunca Mais.

Documentário sobre Violência – Ditadura Militar e Atualidade.

7.4. DISPONÍVEIS NA INTERNET

* Sites

- Grupo Tortura Nunca Mais
- Centro de Documentação – Eremias Delizoicov.
- Memórias da Ditadura
- Comissão Nacional da Verdade
- Projeto Brasil Nunca Mais
- Plataforma Memórias Reveladas / Arquivo Nacional.

Informações sobre a vida e militância de Escobar.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 1990.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras. 3ed, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. In : Actes de la recherche en sciences sociales. N. 17- 18, 1977.
- _____. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Meritiy a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH – Clio, 2010.
- BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa, Difel, 1993.
- _____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: Opções/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elisabeth. *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília, 2007.

CODARIN, Vitor. A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

_____. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971). In: *Diálogos*. VOL. 23, N. 2, 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Brasília: CNV, 2014.

CORRÊA, Elisa; MACEDO, Marcelo. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré64. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Vol. 15 N. 2, 2007.

COSTA, Maria. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente. In: *Matrizes*, Ano 3 – nº 2 jan./jul. 2010.

CRUZ, Carlon. Lamarca. Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos/BA: edição do autor, s/d.

CUNHA, Magali. Memória, verdade e justiça: o Projeto Brasil Nunca Mais e a comunicação alternativa nos anos de chumbo no Brasil. In: *Lumina*, Vol. 8 N. 2, 2014.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas.

DA SILVA, Sandra Regina Barbosa. *Ousar Lutar, Ousar Vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Bahia: EDUFBA, 2013.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FANON, Francis. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2ed. 1998.

FICO, Carlos. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Rio de Janeiro: Edusc, 2004.

FREHSE, Fraya. Os informantes que os jornais e as fotografias nos revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. In: Estudos Históricos, N. 36, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRECO, Heloisa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Tese de doutorado em História.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1960)*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRIS, Adrienne. Memorializations of a martyr and her mutilated bodies: Public monuments to Soviet war hero Zoya Kosmodemyanskaya, 1942 to the present. In: Journal of War and Culture Studies. VOL. 5, N. 1, 2012.

HERLER, Thomaz J. Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969). Dissertação. (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon/PR, 2015.

HOBBSBAWN, Eric. Os Camponeses e a Política. In: Ensaios de Opinião, Vol. 8, 1978.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LACERDA, Stélio. *Caxias de Ontem: um pouco de memória*. Fábrica de Livros SENAI – RJ / XEROX / FUNGUTEN, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LE MOS, Santos. *Sangue no 311*. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1967.

_____. *O Negro Sabará*. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

_____. *Os Donos da Cidade*. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Ulisses. Luta armada: Baixada Fluminense (1961). Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.

LOPES, Rogerio. Tenente Domingos Lopes e a guerrilha em Xerém. Monografia (Licenciatura em História). Fundação Educacional de Duque de Caxias. Duque de Caxias 2016.

LOWY, Michael. *O Pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAIA, Aline Borghoff (14 de julho de 2017). Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): articulações rufo-fabris na Baixada Fluminense. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*.

_____. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em Duque de Caxias. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)*. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1995.

MEDEIROS, Leonilde [et al.]. Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência. In: *Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/32yCqyM>.

MORAES, João Quartim de. *A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n.1, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História e Memória. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *História, Pensar e Fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.

NOVAES, Regina. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Neide [et al.]. *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PADRÓS, Enrique Sena, BARBOSA, Vânia M, LOPEZ, Vanessa Albertinence, SIMÕES, Amanda Fernandes (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória*. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

_____. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização*. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

_____. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”*. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PLATT, Jonathan. Zoya Kosmodemianskaya: between sacrifice and extermination. In: *New Formations*, 89/90, 2016.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 2, n.3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 5, n.10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum” In: FERREIRA e AMADO, 1998: 103-137.

_____. *The order has been carried out: history, memory, and meaning of a Nazi massacre in Rome*. New York: Palgrave, 2003.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão; Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÉMOND, René. O Retorno do político. In: CHAVEAU, A. & TÈTARD. P. (orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1992.

RICARDO, José Ramalho. *Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RODRIGUES, Georgete M. Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SALES, Jean. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Buenos Aires, Siglo Vinteuno, 2005.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005.

SILVA, Jaime. Novos marcos para o acesso aos documentos da ditadura militar (1964-1985). In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

SILVA, Renato. *Reforma Agrária em Duque de Caxias: 1952 a 1992*. Duque de Caxias: Gabinete do Vereador José Zumba, 1998.

SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1979.

_____. Review: What Makes Peasants Revolutionary? In: *Comparative Politics*. Vol. 14, N. 3, 1982.

SORIANO, Francisco. *A grande partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

STTOPPINO, Mario. *Poder*. In: Bobbio, Noberto et alli. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1995.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. (orgs.) *Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil*. Volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008, p. 569-77.

_____. (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2000.

THIESEN, Iceia. Documentos “sensíveis” entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. *Sonegação, fome, saque*. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

9. CRONOGRAMA DE TRABALHO

Síntese do que se pretende discutir nos capítulos:

Primeiro Capítulo: Trabalhar com o conceito de memória analisando a figura de Escobar até a sua entrada no Partido Comunista Brasileiro, dando ênfase no campesinato como ator político (seu debate acadêmico).

Segundo Capítulo: Trabalhar com o eixo Camponeses (através de Escobar), Comunistas (através da participação de Escobar no partido) e a Luta Armada no Brasil

Terceiro Capítulo: Trabalhar com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (entrada de Escobar no movimento, suas ações no mesmo).

Quarto Capítulo: Trabalhar com as *memórias em disputa*, analisaremos as diversas memórias construídas em torno da figura de Félix Escobar e o lugar de memória que foi construído em sua homenagem.

Quinto Capítulo: Transcrição e análise das Entrevistas com os familiares de Escobar.

Período/ Atividades	2021-1	2021-2	2022-1	2022-2	2023-1	2023-2	2024-1
Créditos	X	X					
Levantamento da Bibliografia	X	X					
Levantamento das Fontes	X	X					
Fichamento dos Dados	X	X					
Análise dos Dados			X	X			
Redação do Projeto de Qualificação				X	X		
Exame de Qualificação					Junho		
Redação dos Capítulos					X	X	
Revisão Final						X	X
Defesa da Tese							Março

